

A VIOLÊNCIA DE ESTADO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO PODER: O CASO VENEZUELANO.

Por Giovanna Clapis

1- INTRODUÇÃO

A Venezuela é, historicamente, um país que passou por diversas ditaduras e governos democraticamente eleitos que terminaram tornando-se repressivos quando a situação saía de controle – história não muito incomum na América Latina. É também um país de grande interesse internacional devido à sua riqueza mineral muito abundante: o petróleo. Ao petróleo, são devidos os interesses estadunidenses e europeus presentes no território desde o início do século XX, interesses esses beneficiados pelas muitas ditaduras e utilização desproporcional da violência de Estado ao longo dessa História. Inicia-se esse panorama sobre a violência e os movimentos sociais na Venezuela falando-se sobre a ditadura do general Juan Vicente Gómez, que governou o país por 27 anos, desde 1908 até sua morte em 1935.

2- A HISTÓRIA DA VENEZUELA E A VIOLÊNCIA DE ESTADO

Foi durante a ditadura gomezista que iniciou-se a chamada “corrida do óleo” na Venezuela, a partir dos anos 1920, com a primeira Lei de Hidrocarbonetos afiançada pelo general Gómez¹. Segundo Gilberto Maringoni, o gal. Gómez garantiu benefícios a empresas de prospecção estrangeiras através de legislações nos anos 1920, e seu governo marcou uma clara abertura ao capital internacional, que foi se intensificando ao longo desses anos com as descobertas de novos campos petrolíferos e o aumento produtivo estratosférico que elevou a Venezuela ao posto de segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. A Venezuela, que algumas décadas antes, era uma economia agrícola inexpressiva, tornou-se um interesse estratégico para os EUA e para a Europa. Além de beneficiar as oligarquias presentes na Venezuela, a ditadura gomezista tranquilizava os investidores estrangeiros, pois a grande

1 MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

repressão do regime facilitava o controle sobre movimentos sociais, políticos e sindicais, que não possuíam voz na crescente economia venezuelana, e só viriam à tona outra vez após a morte de Gómez em 1935². A ditadura gomezista é apenas um dos primeiros exemplos das ditaduras e governos repressivos que marcariam o século XX na Venezuela, mas contribui para exemplificar que o país tem grande parte de sua História recente manchada pela violência de Estado.

Em 1929, a economia venezuelana sofre um baque com a Crise da Bolsa de NY, e as desigualdades socioeconômicas são aprofundadas no país. Ainda seguindo a linha histórica traçada por Gilberto Maringoni, observa-se que foi apenas a partir da morte de Gómez e chegada de López Contreras ao governo em 1935 que os movimentos sociais e sindicais tomaram maior força e passaram a se mobilizar. A reação do governo de Contreras, que pretendia preservar a dinâmica criada pela ditadura gomezista, foi suspender as garantias constitucionais (que teoricamente protegiam o povo venezuelano), dando maiores poderes ao Estado e “legitimando” seu uso desproporcional da força, a fim de desencorajar mobilizações e protestos contra o governo e a situação em que se encontrava o país. Essa medida e a forte repressão por parte do governo, no entanto, geraram o oposto: o ano de 1936 seria considerado o ano das organizações políticas, surgimento de partidos, mobilizações e greves gerais.

Já os governos posteriores de Medina Angarita e Rómulo Gallegos (primeiro presidente eleito por eleições diretas) foram bastante mais tranquilos no quesito violência de Estado em relação às ditaduras anteriores. Contudo, em 1948 um golpe militar depõe Gallegos e inaugura uma das ditaduras mais opressoras da história do país com o general Marcos Pérez Jimenez. Para os interessados estrangeiros, em especial os EUA, a ditadura “jimenista” veio em boa hora para desfazer as reformas de Angarita e Gallegos, além de facilitar o controle da população por sua repressão violenta, prisões, desaparecimentos, tortura e a violência de Estado desmedida. Em plena Guerra Fria, os EUA, “bastião da democracia”, não se importaram muito com o golpe na Venezuela, já que o novo governo atendia melhor aos interesses estadunidenses.

Quase 10 anos de ditadura depois, Pérez Jimenez cai, e em seu lugar surge outro marco da política venezuelana: o Pacto de Punto Fijo. Esse pacto marca uma “aliança” entre partidos de oposição surgidos ao fim da ditadura gomezista, notando-se especialmente a Aliança Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei). No entanto, apesar de os governos da fase Punto Fijo terem sido eleitos e o país ser um dos poucos que continuou como uma democracia durante a época das ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, argumenta-se que em diversos momentos chegou a ser tão repressivo quanto essas ditaduras. Na década final da Guerra Fria, as economias latino-americanas entraram em uma profunda crise da dívida externa, e isso não excluiu a Venezuela, que se viu prejudicada pelas sucessivas quedas nos preços mundiais do petróleo. A situação socioeconômica da Venezuela se tornou catastrófica, e nenhuma medida dos governos parecia ter resultados positivos. Em 1989, o descontentamento da sociedade com a alta dos preços dos bens de consumo e dos combustíveis, além dos cortes de gastos públicos pelo governo que prejudicaram as camadas mais pobres da população, eclodiu em protestos por todo o país.

A sequência de protestos e revoltas que tomaram o país ficou conhecida por Caracazo, e foi marcada por uma série de manifestações na capital e em diversas outras cidades,

2 MARINGONI, 2009, pp. 44-46.

com os manifestantes fazendo passeatas que foram reprimidas violentamente depois que os mesmos começaram incêndios, bloqueios e pilhagens. Esse episódio demarcou a queda da “máscara” de democracia e respeito ao povo venezuelano do governo puntofijista, pois em pouco tempo, o governo de Carlos Andrés Pérez tinha acionado o Exército Nacional contra os manifestantes, imposto um toque de recolher e suspenso as garantias constitucionais, o que proporcionou uma decaída veloz a uma violência desenfreada e desproporcional contra o povo, e sufocou as manifestações que terminaram poucos dias depois. O resultado do Caracazo foram, prisões, centenas de mortos e incontáveis feridos (especula-se que o número de mortos chegou à casa de mais de mil), e o governo saiu extremamente fragilizado dessa demonstração violenta, com o povo ressentido e desconfiado³.

Essa instabilidade abriu caminho para que setores mais à esquerda da política venezuelana se fortalecessem, e em 1992 alas de esquerda das Forças Armadas tentaram um golpe contra Carlos Andrés Pérez. Contudo, o golpe falhou, e seus líderes e vários rebeldes das Forças Armadas foram presos. Destes, o nome de destaque foi Hugo Chávez, que até então era um desconhecido. Posterior a esse golpe, os direitos constitucionais foram suspensos, e o governo seguiu tentando sufocar quaisquer vozes dissidentes. Em 1993, Pérez sofre um impeachment. O presidente seguinte seria Rafael Caldeira, que anistiou os presos do golpe de 1992, mas fez pouquíssimo para se diferenciar de seu antecessor, e seguiu com privatizações, sem alterar as bases sociais que sofriam com a economia instável e crises nos setores públicos.

3- O GOVERNO BOLIVARIANO E AS CONTRADIÇÕES ATUAIS

Foi então que Chávez, gozando de recente popularidade desde o golpe, decide inserir-se na política por meio de vias legais, e assim nasce o MVR (Movimento Quinta República), filho direto do MBR interno às Forças Armadas que tinha organizado o primeiro golpe de 1992. Com a vitória nas eleições de 1998, tem origem então a República Bolivariana da Venezuela em 1999. Com sua hábil construção da imagem de “herói nacional”, Chávez colocou-se como referência de resistência aos interesses estadunidenses em seu país e na América Latina como um todo. Inicia-se então, a já conhecida fase de reconstrução venezuelana na “Era Chávez”, com as reformas passadas pelo governo, a reestatização de diversas empresas, direitos para grupos indígenas e investimentos nos setores públicos. O retorno do nacionalismo após uma fase neoliberal tão extensa assustou as grandes potências, principalmente os EUA, grande importador de petróleo venezuelano. Já nas épocas eleitorais, as mídias venezuelana e internacional alertavam para o perigo de um governo nacionalista e para a figura de Chávez. Após sua eleição, essas tentativas de difamação prosseguiram, mas o presidente possuía uma popularidade imensa com seus planos de reforma agrária e distribuição de renda, e seu carisma garantia a confiança da população de seu país.

Além disso, como afirma Richard Gott, o presidente desejava ver os setores militares bem inseridos e concatenados com as questões da sociedade venezuelana, para diferenciar-se de outros governos militares que foram, em sua grande maioria, historicamente re-

3 MARINGONI, 2009, pp. 72-73.

pressivos e violentos na América Latina⁴. O “Comandante” queria buscar um internacionalismo que não fosse automaticamente aliado aos EUA, apesar de exportar muito petróleo para esse país. A situação de repulsão ideológica pelos EUA se agravou quando George W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos em 2001. No entanto, Chávez manteve uma política econômica inteligente o suficiente para não danificar as relações de exportação com os EUA e a entrada de petrodólares na Venezuela. Leonardo Valente chama essa relação EUA/Venezuela de “diplomacia do petróleo”, e afirma que, apesar dos constantes embates entre os dois países, as relações econômicas seguiram a todo vapor e não foram prejudicadas pela postura venezuelana de revisionismo em relação aos Estados Unidos⁵.

Como, então, com um governo aparentemente orientado para reformas positivas, revisionismo internacional, aproximação com os vizinhos latino-americanos, de compromisso com seu povo, com a democracia, e que possuía constantes eleições a fim de legitimar-se, a Venezuela chavista recairia, futuramente, em estereótipos de governos repressivos e autoritários que haviam manchado a história do país ao longo de décadas? É imprescindível compreender a história que a Venezuela possui com ligação à violência de Estado, governos militarizados e, especialmente, revisar os fatos recentes que degringolaram na atual crise venezuelana de 2017, agora sob governo de Nicolás Maduro.

Ao passar dos anos, o governo bolivariano se aparelhou muito bem na Venezuela, e fazia eleições e referendos periódicos para legitimar as decisões do Estado. Saiu fortalecido do golpe de oposição de 2002 e foi recebido com clamor pelo povo. Tampouco proibiu ou ilegalizou outros partidos de oposição ao seu governo, agremiações e movimentos dissidentes. Posteriormente, criou canais de rádio e televisão para contrapor-se aos canais venezuelanos privados, em sua maioria controlados pela oposição decadente. Chávez já entendia a máxima de que a “propaganda é a alma de todo negócio”. É claro que a figura do presidente lhe garantia muitas vitórias nas urnas e mantinha sua legitimidade para com o público.

Dessa forma, um dos momentos marcadamente contraditórios do governo de Chávez foi quando o presidente não renovou as concessões à rede de TV Radio Caracas de Televisión (RCTV) em 2006. O episódio gerou polêmica de proporções internacionais, trazendo tanto vozes de concordância de que a RCTV não deveria ser renovada devido ao seu papel no golpe de 2002, quanto de discordância, com a mídia de oposição, ONGs e governos internacionais aproveitando para falar de “liberdade de expressão” e “escalada ditatorial”⁶ a partir da medida. Logo da decisão, manifestações tanto de apoio quanto de repúdio vieram à tona, e Chávez garantiu à oposição que agitações violentas seriam retaliadas⁷. Esse momento desgastou um pouco a imagem do governo chavista.

Ainda em 2006, Chávez decretou a criação do PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela), abarcando os partidos da base governista, e essa manobra um tanto quanto unilateral gerou outras contradições, pois o decreto veio junto com uma declaração razoavelmente ameaçadora de Chávez de que “os partidos da base oficial na Assembleia Nacional de-

4 GOTT, R., 2004, pp. 281-288.

5 MONTEIRO, L. V., 2012, pp. 167-174.

6 MARINGONI, 2009, pp. 32-33.

7 Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070527_rctvjardim_pc.shtml e <https://extra.globo.com/noticias/mundo/pt-defende-chavez-por-negar-concessao-rctv-690074.html>

veriam dissolver-se no interior do PSUV ou abandonar o governo.” (MARINGONI, 2009, p. 35). Nesse mesmo ano, Chávez enfrentaria insatisfação popular devido a alguns problemas de gestão, além de investimentos mais baixos em setores como saúde, educação e outras demandas sociais. Talvez essas movimentações de 2006 fossem os primeiros sintomas de que o governo bolivariano não seria tão conivente com oposições e dissidências quanto queria fazer crer.

Mesmo que o governo Chávez tenha tentado manter a imagem de democracia e respeito aos direitos humanos, diversos opositores do governo, organismos internacionais, ativistas⁸ e ONGs de liberdade de imprensa e defesa dos direitos humanos começaram a denunciar a cúpula bolivariana por proibições de propagandas dissidentes e quebras de liberdade de imprensa, monopolização da imprensa pelo Estado, deturpação do sistema judiciário, e perseguição de opositores políticos, jornalistas e ativistas. Já em 2012, a Venezuela denuncia a Convenção Interamericana de Direitos Humanos da OEA, sob pretexto de que a OEA era um organismo defasado em prol dos interesses estadunidenses. Essa denúncia foi tomada amplamente como a fragilização da proteção dos direitos humanos no país⁹.

Em 2014, com a economia já fragilizada desde a crise de 2008 e a situação socioeconômica espiralando em decadência, novos protestos pulularam o país contra e a favor do governo de Nicolás Maduro. Supõe-se que mais de 30 pessoas morreram e centenas ficaram feridas, e houve denúncia de uso desproporcional da força pelos policiais, pela Guarda Nacional Bolivariana, e pelo Serviço de Inteligência, utilização de armas de fogo, prisões arbitrárias, perseguição a jornalistas e opositores políticos, e casos de tortura. Mais de 2000 pessoas foram detidas. Nessas manifestações foram detidos, também, líderes da oposição, entre eles Leopoldo López, um dos casos emblemáticos¹⁰. Os protestos continuaram e um ano depois o número de mortos subiu para mais de 40, e de detenções para mais de 3000. No ano seguinte, outro reporte da Anistia Internacional afirmou que muitos dos casos seguiram impunes e várias detenções sem julgamentos. Membros da oposição deixaram o país ou continuaram presos¹¹.

Em 2017, a crise foi provavelmente uma das mais intensas já vividas no país, e ganhou maior visibilidade internacional devido à repressão desmedida das forças nacionais, que foi veiculada de maneira repetitiva pela mídia internacional. Ademais, a piora na escassez de alimentos e produtos de necessidade básica, a crise sanitária e a falta de abastecimento de remédios, a explosão inflacionária e desvalorização da moeda nacional, e a crise de refugiados gerada pela situação generalizada não possuem precedentes no país. Os protestos se tornaram maiores e mais intensos a partir de abril, devido à uma tentativa do governo venezuelano de tomar controle da Assembleia Nacional. Essa medida foi criticada em reunião da OEA, e considerada uma quebra com a democracia e com a Constituição venezuelana, por tentar dissolver o poder Legislativo, e foi até

8 Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/venezuela0908web.pdf> e <https://www.hrw.org/news/2009/07/31/venezuela-repeal-measures-aimed-critics>

9 Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/decisao-da-venezuela-de-denunciar-convencao-americana-e-uma-afrota-vitimas-de-violacoes-de-direitos-humanos-e-geracoes-futuras-de-venezuelanos/> e <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Carta-Retiro-CIDH-Firmada-y-sello.pdf>

10 Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Venezuela-Los-derechos-humanos-en-riesgo-en-medio-de-protestas.pdf>

11 Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Venezuela-report-2015.pdf>

mesmo chamada de golpe de Estado e oficialização de uma verdadeira ditadura no país¹².

Reportes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e da ONG Human Rights Watch concluíram que a situação da violência de Estado na Venezuela atingiu níveis catastróficos, e as forças da Guarda Nacional Bolivariana, Serviço de Inteligência e a Polícia Nacional, além dos chamados “colectivos” populares armados, foram denunciados por casos de tortura, detenções, repressão nas ruas e mesmo dentro das casas, instituição de toques de recolher, utilização de armas de fogo com munição de borracha, chumbo ou tradicionais (inclusive à queima-roupa), gás lacrimogênio e bombas de efeito moral, respaldados pela direção governamental. De acordo com esses organismos, foram registradas mais de 160 mortes entre abril e agosto de 2017, incluindo menores de idade, e mais de 2000 feridos¹³. A situação política continuou a se deteriorar, e em julho, a votação para uma Assembleia Nacional Constituinte levou a mais protestos reprimidos violentamente no país¹⁴.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, uma resposta à primeira pergunta é necessária: Como foi, portanto, que a Venezuela da Revolução Bolivariana decaiu em estereótipos históricos dos governos repressivos e ditatoriais que mancharam sua história? Pode-se assumir que a necessidade da manutenção de poder destrói qualquer ideologia, ou que seja tendência governos tão bem aparelhados caírem em totalitarismos quando a situação passa a fugir de seus controles, ou até mesmo que governos progressistas não logrem sobreviver intocados dentro de um sistema capitalista de competição selvagem. Não fica claro. Mas o que está cristalino é que a crise venezuelana apenas se aprofundou, e não parecem existir saídas fáceis à frente. Resta pressionar para que tais violações parem imediatamente, e aguardar a força do povo venezuelano de se reerguer de tamanho choque e reciclar não apenas suas bases políticas, mas toda uma sociedade que ficou marcada pelos horrores da violência de Estado dos últimos anos.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOTT, Richard. *À Sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*. Tradução Ana Corbisier, 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MONTEIRO, Leonardo Valente. *Inimigo Sim, Negócios à Parte: revisionismo periférico antagonico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez*. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2012.

12 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1871141-supremo-corte-da-venezuela-assume-as-funcoes-do-parlamento.shtml>

13 Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela1117sp_web.pdf

14 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/internacional/1501448376_714704.html

Reportes

A Decade Under Chávez: Political Intolerance and Lost Opportunities for Advancing Human Rights in Venezuela. Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/venezuela0908web.pdf>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Venezuela: Los Derechos Humanos en Riesgo en Medio a Protestas. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Venezuela-Los-derechos-humanos-en-riesgo-en-medio-de-protestas.pdf>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Venezuela: Los Rostros de La Impunidad. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Venezuela-report-2015.pdf>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Arremetida Contra Opositores: Brutalidad, tortura y persecución política en Venezuela. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela1117sp_web.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Violaciones y abusos de los derechos humanos en el contexto de las protestas en la República Bolivariana de Venezuela del 1 de abril al 31 de julio de 2017. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCREportVenezuela_1April-31July2017_SP.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Sites consultados

PT defende Chávez por negar concessão à RCTV. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/pt-defende-chavez-por-negar-concessao-rctv-690074.html>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Governo e oposição pedem manifestações na Venezuela. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070527_rctvjardim_pc.shtml> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Venezuela's Crisis Explained From the Beginning. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/04/venezuela-happening-170412114045595.html>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

Decisão da Venezuela de denunciar a Convenção Americana é uma afronta às vítimas de violações de direitos humanos e às gerações futuras de venezuelanos. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/decisao-da-venezuela-de-denunciar-convencao-americana-e-uma-afronta-vitimas-de-violacoes-de-direitos-humanos-e-geracoes-futuras-de-venezuelanos/>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

Carta de Denúncia da Convenção Americana de Direitos Humanos pela República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Carta-Retiro-CIDH-Firmada-y-sello.pdf>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Venezuela: Repeal Measures Aimed at Critics. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2009/07/31/venezuela-repeal-measures-aimed-critics>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Suprema Corte da Venezuela assume as funções do Legislativo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1871141-supremo-corte-da-venezuela-assume-as-funcoes-do-parlamento.shtml>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Violência e abstenção na votação da Constituinte de Maduro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/internacional/1501448376_714704.html> Acesso em 07 de novembro de 2017.